



6 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 29 de junho de 2022

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na terça-feira	Euro Comercial, venda na terça-feira	Capital de giro Na terça-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,17% São Paulo	98.080	R\$ 1.212	R\$ 5,266 (+0,6%)	R\$ 5,545	6,76%	13,15%	0,54 1,01 1,62 1,06 0,47
1,56% Nova York	23/6 24/6 27/6 28/6		Últimas cotações (em R\$)				
			22/junho 5,177				
			23/junho 5,229				
			24/junho 5,253				
			27/junho 5,234				

COMBUSTÍVEIS

PEC ainda à espera de um acordo

Divergências sobre o custo das medidas atrasam votação da proposta. Planalto quer usar projeto para zerar fila do Auxílio Brasil

» CRISTIANE NOBERTO
» TAÍSA MEDEIROS

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Relator da proposta, Fernando Bezerra desenha conjunto de benefícios. Área econômica quer limitar despesas a R\$ 50 bilhões

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) adiou a apresentação do relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 16/22, a chamada PEC dos Combustíveis, pela segunda vez nesta semana. Desde segunda-feira, o substitutivo era esperado para apreciação dos senadores. Apesar do adiamento, o texto está na pauta do Plenário do Senado para a tarde de hoje, conforme publicação da Mesa Diretora da Casa. A questão não foi fechada por divergência nos cálculos do parlamentar com o Ministério da Economia.

A PEC inclui a recente proposta do governo para implementar o voucher caminhoneiro de R\$ 1 mil, aumentar o Auxílio Brasil para R\$ 600 e reajustar o vale-gás para R\$ 120. Ainda que o tema faça parte da campanha de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), a área econômica está disposta a conceder apenas R\$ 50 bilhões para bancar o custo total da proposta, que inclui também zerar a fila dos que esperam receber o Auxílio Brasil — os valores para esses pagamentos já estão fora do teto de gastos. Ainda há aproximadamente 750 mil famílias esperando serem incluídas na folha de pagamento do benefício no Ministério da Cidadania. O governo estima R\$ 26 bilhões para esses pagamentos.

Fontes ligadas ao desenho do projeto no Ministério da Economia afirmam que a maior preocupação do chefe da pasta, Paulo Guedes, está no valor total que a proposta custará aos cofres públicos. Já a operacionalização do

montante a ser encaminhado aos auxílios está totalmente a cargo de Bezerra, que deverá se ater ao limite orçamentário previsto pelo ministério.

Até o momento, Bezerra estima em cerca de R\$ 37 bilhões a cifra para os benefícios, que ainda contemplaria gratuidade do transporte público para idosos e uma compensação aos estados para reduzir a 12% o ICMS sobre o etanol. O cheque para

os caminhoneiros, que seria em torno de R\$ 1 mil, deverá beneficiar mais de 500 mil profissionais. Quanto ao Auxílio Brasil, em maio, o governo federal pagou pouco mais de R\$ 400 reais a 18,1 milhões de famílias.

Estados resistem

Ainda na manhã de ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes

mediou uma conciliação entre governadores e a União no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida por Bolsonaro. Os gestores insistem em fixar uma alíquota de ICMS maior que a estabelecida na Lei Complementar 194/22, sancionada na semana passada, que limita a cobrança sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, em 17%

e 18%. Na reunião, não houve acordo, mas a União ganhou prazo de 24 horas para avaliar a proposta dos estados.

Para se contrapor à proposta, os governadores de 11 estados protocolaram no STF um pedido de liminar para que a base de cálculo do ICMS sobre o óleo diesel, no âmbito da LC 194, seja a média dos últimos 60 meses. Os estados ainda propõem a desvinculação de

» Posse fechada na Petrobras

O novo presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, quarto indicado pelo governo Bolsonaro em menos de quatro anos, tomou posse ontem no cargo, em cerimônia fechada, na sede da empresa, no Rio. O executivo foi aprovado na segunda-feira pelo Conselho de Administração da estatal para conselheiro e presidente da companhia. Formado em Comunicação Social e sem experiência no setor de óleo e gás, Andrade destoa dos presidentes anteriores da empresa. Além de dispensar o habitual discurso de posse, o ex-secretário de Desburocratização do Ministério da Economia também recusou convite do Comitê de Elegibilidade (Celeg) para entrevista formal antes da nomeação, onde poderia expor seus planos para a empresa.

essencialidade na alíquota dos combustíveis.

Os gestores estaduais ainda pleiteiam no Supremo que a Lei Complementar 192/22, sancionada em março, que determina a uniformidade da cobrança do ICMS sobre os combustíveis seja considerada inconstitucional. Os governadores alegam que a proposta limita a arrecadação dos estados e limita a capacidade de investimentos locais em áreas essenciais.

ENERGIA ELÉTRICA

Lei pode amenizar altas na conta de luz

» MICHELLE PORTELA

O governo publicou ontem, no Diário Oficial da União, a Lei nº 14.385, que pode amenizar os reajustes nas tarifas de energia elétrica. Sancionada sem vetos, a lei vai facilitar a devolução de um valor estimado de R\$ 47,6 bilhões aos consumidores por cobrança indevida de impostos nas contas de luz.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que o ICMS cobrado das distribuidoras de eletricidade nos estados não deve compor a base de cálculo do PIS/Cofins incidente sobre as tarifas. Além disso, determinou que as empresas deveriam receber, retroativamente, uma restituição da União, com os valores sendo repassados aos consumidores.

O total a ser devolvido chegava a R\$ 60,3 bilhões, mas, segundo a Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel), desde 2020, já foram restituídos R\$ 12,7 bilhões. De acordo com a agência, essa medida teria impedido um acréscimo de 5% nas contas de luz. Os R\$ 47,6 bilhões que ainda precisam ser devolvidos entrarão nos cálculos da revisão anual de tarifas das distribuidoras. Na prática, haverá uma espécie de abatimento nos reajustes a que as empresas têm direito, cujo impacto não foi informado.

A Aneel informou que os reajustes de tarifas autorizados ontem para os estados de São Paulo, Tocantins e Paraná já contaram com a medida, e ainda há pelo menos trinta revisões de tarifas regionais a serem reajustadas.

Já considerando os efeitos da nova lei, a Aneel aprovou aumento médio de 12,04%, a partir de 4 de julho, nas tarifas da Enel Distribuição São Paulo, que atende cerca de 7,6 milhões de unidades consumidoras no estado.

Reprodução/Internet



Devolução de R\$ 47,6 bilhões em impostos a distribuidoras será repassada a tarifas

Os consumidores de alta tensão (na maioria indústrias) terão alta de 18,03%; na baixa tensão, o reajuste será de 10,15%.

Já a Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A (ETO), com sede em Palmas, terá reajuste de 14,78% para os consumidores, sendo 15,85% para os consumidores

ligados em alta tensão e 14,53% para os de baixa tensão.

O reajuste tarifário médio da Companhia Campolarguense de Energia (Cocel), com sede em Campo Largo (PR), será de 10,59%. Os consumidores de baixa tensão terão reajuste médio de 2,04% e os de tensão, de 23,15%.

Suspensão

Enquanto isso, tramita na Câmara, em regime de urgência, projeto de decreto legislativo 94/22 para sustar os efeitos da resolução da Aneel que autorizou reajuste médio de 24,85% de tarifas no Ceará. O debate atual

» Investimentos de R\$ 15 bilhões

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) agendou para a próxima quinta-feira, na Bolsa de Valores de São Paulo, leilão de transmissão de energia em 13 estados. O edital prevê a construção, operação e manutenção de 5.425 quilômetros de linhas de transmissão. O leilão será dividido em 13 lotes, com investimentos previstos de R\$ 15,3 bilhões. A expectativa é de que as linhas estejam concluídas para entrar em operação no prazo de 42 a 60 meses, a partir da assinatura dos contratos de concessão.

aponta que os parlamentares poderiam estender a suspensão a outros estados. Autor da proposta, o deputado Domingos Neto (PSD-CE) afirmou que o objetivo é a barrar todos os reajustes autorizados pela Aneel em diversos estados que, segundo ele, foram abusivos.